

Agroecologia



A prática no Capa

A série de Cadernos Temáticos, organizada e publicada pelo Centro de Apoio ao Agricultor – Capa, surgiu nos seus encontros temáticos realizados anualmente com a participação de técnicos e agricultores.

De forma objetiva e prática, trazem uma síntese de conceitos e ações e o aprofundamento de algumas das discussões realizadas pelas equipes de cada núcleo em conjunto com os agricultores beneficiados.

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Capa

Coordenadores

Ingrid Giesel, Rita Surita, Rome Schneider, Sighard Hermany, Vilmar Saar

Fundação Luterana de Diaconia – FLD

Secretário executivo

Silvio Schneider

Assessora programática da FLD junto ao Capa

Ana Cristina Kirchheim

Cadernos temáticos

Coordenação e edição de textos

Susanne Buchweitz

Projeto gráfico

Cristina Pozzobon

Núcleos do Capa

Erexim – Rua Silveira Martins, 385, CEP 99700-000, RS

Santa Cruz do Sul – Rua Thomaz Flores, 805, CEP 96810-000, RS

Pelotas – Rua Barão de Santa Tecla, 569, CEP 96010-140, Pelotas, RS

Verê – Avenida Getúlio Vargas, 364, CEP 85885-000, Verê, PR

Marechal Cândido Rondon – Rua Espírito Santo, 885, CEP 85960-000, PR

www.capa.org.br



Caderno Temático

A prática agroecológica no Capa

- P912 A prática agroecológica no Capa / organizada pelo Centro de Apoio ao Agricultor/Capa – Porto Alegre: Capa, 2005
27p. : il.
(Série Cadernos Temáticos; 1)
Inclui depoimentos.
Inclui glossário.
1. Agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Agricultura orgânica. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Agroecologia. 6. Prática agroecológica – Capa. 7. Ecologia. 8. Ecossistema. 9. Agroecossistema. 10. Rede Ecovida – Certificação participativa. I. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Capa. II. Série.

CDU 630.2745

CIP – Brasil. Catalogação Internacional na Publicação
(Ana Lucia Wagner – CRB10/1396 - Bibliotecária responsável)



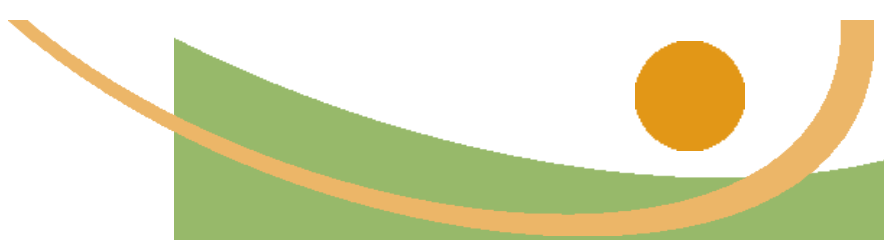
Apresentação	4
Prática agroecológica no Capa	5
Histórico	
Conceitos	
Princípios	
Idéias-chave	5
Rede Ecovida e certificação participativa	15
Certificação participativa	
Dinâmica do seminário temático do Capa	16
Análise de conjuntura, novo momento da agricultura e o papel do Capa	
Um retrato da agricultura familiar	
Resistindo, apesar do baixo investimento	
Certezas e dúvidas sobre agroecologia	18
Conceitos - agroecologia	20
Construindo desenvolvimento sustentável	21
O que é desenvolvimento sustentável	24
Depoimentos	28
Glossário	30



Apresentação

A série de Cadernos Temáticos, organizada e publicada pelo Centro de Apoio ao Agricultor – Capa, surgiu nos seus encontros temáticos realizados anualmente com a participação de técnicos e agricultores. Os seminários passaram a acontecer depois da união dos cinco núcleos, até então independentes, como uma única instituição: o Consórcio Capa.

Dirigidos ao público em geral, os Cadernos Temáticos objetivam compartilhar, através da sua sistematização, as ricas experiências do consórcio. De forma objetiva e prática, trazem uma síntese de conceitos e ações e o aprofundamento de algumas das discussões realizadas pelas equipes de cada núcleo em conjunto com os agricultores beneficiados.



*Se a semente não
for lançada na terra e
não morrer...*

(Canto HPD2 326, O povo de Deus no deserto andava)



Prática agroecológica no Capa

Histórico

Desde 1978, ano de sua criação, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Capa vem atuando no sentido de fortalecer a agricultura familiar, para que este setor, junto com outros segmentos sociais, possa avançar na construção de uma sociedade mais justa e pautada pela ética.

As conseqüências negativas da base tecnológica promovida pela revolução verde, adotada por volta de 1960 e causadora de exclusão social e degradação dos recursos naturais, fizeram com que o Capa optasse por promover formas de produção geradoras de bem-estar para a população do campo e da cidade. Em 1983, junto com outras organizações de distintas regiões do país, ajudou na criação da Rede PTA - Projeto “Tecnologias Alternativas”, denominação usada durante muitos anos pelas organizações/grupos críticos ao modelo tecnológico vigente.

Os conceitos, propostas e a prática do Capa em torno desta questão vêm evoluindo, a partir das contribuições de agricultores e agricultoras, profissionais que passaram pelas equipes e outras organizações parceiras. Os princípios que orientam a prática atual do Capa também receberam influência de idéias, conceitos e elaborações gerados fora do círculo mais imediato de suas relações.

O termo agroecologia foi incorporado no início da década de 90, a partir de reflexões conjuntas com outras organizações que compartilham das mesmas orientações de trabalho.

Conceitos

O Capa trabalha para a construção de sistemas de produção agroecológicos, no qual o sistema de produção orgânica pode estar presente em parte do processo, mas não é de forma alguma o ponto de chegada.

Mais importante do que “como chamamos o que fazemos”, é ter princípios claros que norteiem nossa prática, ou seja, “saber para onde vamos e fazer o que pregamos”. O rótulo por si só não garante a qualidade do trabalho e, no mundo real, por exemplo, um agricultor que se diz “produtor orgânico” pode ser

mais “ecológico” do que um que se chama “agroecológico”.

No entanto, as palavras têm sentido e deve-se usar aquelas que melhor expressem aquilo que fazemos e buscamos. Isso ajuda a criar consciência e oferece condições objetivas para estabelecer alianças e parcerias. Os princípios, por sua vez, são como o roteiro de indicações que ajuda quem viaja por uma estrada desconhecida.

Desta forma, os conceitos de referência para o Capa são:

Ecologia: Ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si ou e com o meio ambiente no qual vivem.

Sustentável: capacidade de sustentar, conservar, manter ao longo do tempo.

Agroecologia: A ciência de aplicar os conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Agricultura orgânica: Sistema de produção agrícola que não usa nenhum insumo químico.

Ecossistema: Um sistema funcional de relações complementares entre os organismos vivos e o ambiente dentro de uma determinada área física.

Agroecossistemas: Um sistema agrícola entendido como um ecossistema.

Com base nos conceitos de referência, o adjetivo agroecológico ou agricultura ecológica, expressa com mais exatidão a opção de ter os princípios ecológicos como norteadores da ação. Implicitamente está embutida a idéia de que o objetivo final é alcançar um sistema de produção totalmente (100%) ecológico, o que traz mais responsabilidades para quem adota este termo. A preocupação ecológica induz inevitavelmente a um tratamento holístico do problema, exigindo inclusive a consideração de fatores não-biológicos que interferem na



sustentabilidade da agricultura.

O termo orgânico caracteriza o processo de produção/produto sem uso de veneno ou adubo químico. Portanto, identifica de forma mais precisa a produção oriunda de propriedades que estão em estágios iniciais do processo de conversão agroecológica.

Pela menor responsabilidade que estes termos carregam, os termos agricultura orgânica e produtor orgânico são a melhor denominação para os casos em que não há uma preocupação/intenção/compromisso explícito com os princípios ecológicos na sua globalidade.

Desta forma, considerando a trajetória institucional e os acúmulos já alcançados, entende-se que o Capa trabalha para a construção de sistemas de produção agroecológicos, no qual o sistema de produção orgânica pode estar presente em parte do processo, mas não é de forma alguma o ponto de chegada.

Partindo da definição da palavra e interpretando-a a partir de uma visão holística, o emprego de sustentável por si só já deveria indicar que as dimensões econômica, cultural, ambiental e social têm que ser consideradas. Mas vale ressaltar que este é um termo amplamente utilizado, podendo carregar diferentes significados dependendo de quem o emprega.

Lembre-se:

Para o Capa, a agroecologia inclui /considera

- *Sustentabilidade ecológica*
- *Segurança alimentar*
- *Viabilidade econômica*
- *Conservação de recursos*
- *Equidade social*
- *Crescimento da produção*

Princípios

A visão holística exige uma intervenção multidisciplinar e, portanto, um programa de trabalho que incorpore temas como a organização, agroindústria, gestão, comercialização, saúde, alimentação e formação – além da produção agrícola.

O modelo de desenvolvimento almejado contempla a possibilidade da existência de múltiplos atores, mas para o Capa a agricultura familiar tem papel protagonista e o espaço rural um lugar de destaque.

A agricultura sustentável não é uma responsabilidade apenas dos agricultores familiares, mas de todos os/as cidadãos/as.

A ação do Capa é orientada por uma visão holística, ou seja, integradora das diversas dimensões que promovem o bem-estar das pessoas: econômica, cultural, social, política, ambiental e espiritual. A visão holística exige uma intervenção multidisciplinar e, portanto, um programa de trabalho que incorpore não apenas o aspecto da produção agrícola, mas também temas como a organização, agroindústria, gestão, comercialização, saúde, alimentação e formação. Isto reflete diretamente na composição das equipes do Capa.

A visão holística requer que o trabalho seja desenvolvido com toda a família, envolvendo homens, mulheres, idosos e jovens. Valores humanísticos como a justiça, paz, amor, solidariedade e equidade fazem parte da abordagem do Capa.

A estratégia de intervenção do Capa tem como elementos centrais:

- a busca da autonomia dos agricultores familiares;
- o fortalecimento da organização dos agricultores;
- o trabalho com grupos organizados para irradiar as ações;
- a construção de alianças e parcerias para potencializar as ações;
- considerar as diferentes perspectivas de gênero e de geração ????
- influenciar as políticas públicas rumo à agricultura sustentável, como componente do desenvolvimento sustentável;
- proporcionar espaços de formação e buscar elevar o nível educacional (escolarização);
- promover o protagonismo dos agricultores familiares.

O Capa trabalha na perspectiva de facilitar processos coletivos de construção de propostas, sujeitos a erros e acertos no percurso. Portanto, prioriza metodologias participativas que possibilitem que os agricultores/as sejam atores reais no processo. O Capa aposta na construção conjunta de saberes, tendo o conhecimento dos/as agricultores/as e as informações geradas pela pesquisa acadêmica como fontes de inspiração para a formulação de propostas.



Lembre-se:

Princípios que norteiam a agroecologia no Capa

- *Visão holística; trabalha a complexidade das relações (sistêmico) e dos significados (o interdisciplinar); pressupõe interfaces: tecnologia, social, política, econômica, filosóficas*
- *Deve ser um projeto que contemple todo o espaço rural*
- *Justa e solidária para o meio ambiente; ser humano comprometido com o próximo e com o mundo; processo justo e solidário; é um processo*
- *Saída da dependência; processo busca independência da agricultura familiar; desenvolvimento sustentável em três aspectos: ambiental econômico e social*

Idéias-chave

Diversidade

A diversidade é um elemento central para a ecologização dos sistemas agrícolas e para atingir a sustentabilidade. Sem diversidade fica difícil construir independência e autonomia.

Conversão agroecológica e resultados

- A aptidão natural do ambiente local e os sistemas de produção tradicionais ainda existentes são referência central na elaboração de planos de conversão agroecológica.
- Na avaliação de resultados, a qualidade de produtos e processos é tão importante quanto a quantidade. Isso significa que a melhoria da qualidade de vida é um resultado tão importante quanto o retorno financeiro.
- A conversão agroecológica deve resultar na melhoria de condição de renda das famílias. Portanto, organização do mercado e comercialização são temas relevantes para a ação do Capa.

Mercado e comercialização

Aplicando o princípio da sustentabilidade, o mercado local deve ter prioridade, pois permite menor custo energético e financeiro no transporte dos produtos,

procedimentos de certificação mais simplificados, e menos intermediação entre o produtor e consumidor.

Todavia, os mercados mais distantes, incluindo o internacional, também têm seu lugar. A exportação de produtos pode se justificar especialmente no caso de cultivos de exportação e/ou para fortalecer laços de solidariedade com organizações de consumidores. Seja qual for a modalidade de mercado, a atuação do Capa vai no sentido de que as organizações dos agricultores se capacitem para se apropriarem 100% da gestão da comercialização.

Há múltiplos mercados, cada um com a dominância de um determinado segmento social e portanto com valores distintos que orientam a aquisição de produtos. Cada mercado deste requer um sistema particular de certificação.

Certificação

- A certificação é um selo que permite a legitimação social do produto ecológico e/ou orgânico. É também um mecanismo de identificação do produto que possibilita ao consumidor exercer seu direito de escolha.
- A certificação é obtida a partir da aplicação de parâmetros definidos em regulamentações específicas. Os princípios que orientam estas regulamentações e a rigidez com que as mesmas são aplicadas pelo certificador determinam a confiabilidade do selo.
- No mercado de exportação, por exemplo, há pouca autonomia para o agricultor, sendo necessário se submeter às normas de certificação definidas no país importador e às certificadoras que têm reconhecimento nestes mercados.

No Brasil, a legislação ainda apresenta muitos vazios. O Capa somou forças junto às organizações parceiras da Rede Ecovida para construir um sistema de certificação que contemple os valores ambientais e sociais presentes na proposta. Esta é uma forma concreta de diferenciação do selo Ecovida das demais certificadoras.

Público atendido

O Capa foi criado pela IECLB, mas trabalha com agricultores familiares de todos os credos e raças, sem distinção político-ideológica. As opções partidárias de membros da equipe são opções individuais e não dizem respeito à Instituição.

Políticas públicas

A propriedade agrícola não é um sistema fechado e sente os efeitos da política econômica, política agrícola e variações do mercado. Portanto, a construção de uma agricultura sustentável depende tanto de soluções tecnológicas como de





mudanças nas políticas públicas e na matriz de desenvolvimento.

O Capa trabalha buscando a ampliação dos espaços de participação democrática da sociedade civil organizada e influenciando na formulação das políticas públicas.

Desafios que permanecem na questão de políticas públicas [ver o que ainda é atual]:

- linhas de crédito específicas para agroecologia;
- redução de outras linhas de crédito para a agricultura convencional;
- incentivos fiscais para a agroecologia;
- políticas de incentivo para produtos agroecológicos no mercado institucional.
- retirada gradual dos subsídios no programa de troca-troca de sementes híbridas e substituí-las pelas sementes crioulas;
- inclusão da agroecologia nos programas de ensino de todos os níveis.
- inclusão da fitoterapia nos programas de saúde pública.
- linha de incentivo para agricultores que optarem pela substituição do fumo por culturas alimentares.

Rede Ecovida e certificação participativa

A Rede Ecovida de Agroecologia é formada por pessoas e organizações da região Sul do Brasil, cujo objetivo é organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. Ela está organizada em núcleos que reúnem pessoas, grupos e entidades de uma região com características semelhantes e projetos e propostas afins, facilitando a troca de informações e a participação. A representação dos núcleos regionais forma a coordenação ampliada e todas as representações dos grupos e entidades filiadas participam do chamado Encontro Ampliado. Neste encontro é escolhida a coordenação geral, formada por quatro pessoas de cada estado de abrangência.

Os objetivos da Rede Ecovida são:

- desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;
- estimular o trabalho associativo na produção, processamento e no consumo de produtos ecológicos;
- articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;
- aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;
- ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade.

Certificação participativa

A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade. O selo de certificação da Rede Ecovida expressa que o produto foi gerado com respeito ao meio ambiente e que é fruto de relações sociais justas. A aplicação dos princípios e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores e consumidores envolvidos no processo, garantindo o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada região.

O selo Ecovida é o resultado de um processo participativo, que envolve uma série de procedimentos desenvolvidos em cada núcleo regional, onde ocorre a filiação à rede, a convivência e a verificação do Conselho de Ética, concedendo o selo se for o caso e quando solicitado pelo grupo. Mais informações em <http://ecovida.wopm.com.br>



Dinâmica do seminário temático do Capa

O I Seminário Temático do Capa foi realizado em 2002, em Florianópolis – SC. O tema – Agroecologia – justamente deu origem a este Caderno Temático. Reproduzimos a seguir alguns momentos do encontro.

Análise de conjuntura, novo momento da agricultura e o papel do Capa

“Qual o significado da agricultura e em especial a de base familiar para o desenvolvimento nacional? Qual o papel que ela desempenha?”

Estas perguntas pareciam respondidas, tendo a agricultura papel secundário e de suporte ao setor industrial e mais recentemente ao setor de serviços e telecomunicação. As teorias previam o desaparecimento (como força econômica e produtiva) da agricultura familiar no Brasil ainda no século passado. Vozes como as da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Capa e de diversas Ongs, que dedicavam seus esforços e recursos a este setor, eram destoantes e soavam sonhadoras e utópicas quando enxergavam na agricultura familiar um importante espaço de vida e realização econômica.

O que mudou? Qual o cenário? A América Latina sofre uma brutal crise econômica, política e social. O modelo de desenvolvimento imposto pelo FMI e a receita neoliberal mostram seus efeitos. Desemprego, caos urbano e fome em países como Uruguai e Argentina surpreendem a todos, mesmo aqueles que previam e denunciavam as consequências deste modelo.

No Brasil, a indústria automobilística, que há quatro anos era suporte para o desenvolvimento, inclusive no Rio Grande do Sul, hoje demite e tem os pátios lotados de carros e faz promoções de seus produtos. O setor de telecomunicações, que até o ano passado (2001) gerava milhares de novos empregos, segue o mesmo caminho, demissões em massa, linhas ociosas e retração geral no setor. E é neste momento que a agricultura mostra seu papel na economia: é o único setor que apresenta resultados positivos, afetando favoravelmente o balanço das contas brasileiras (as exportações da agricultura brasileira em 2001 representaram um superávit de US\$ 19 bilhões - dados do IBGE). A agricultura no Brasil responde por 7,8% do PIB, 20% das exportações e 24,2% da mão-de-obra do país.

É neste cenário que se dão as eleições presidenciais e para governos estadu-

ais. O mês de agosto traz um novo e surpreendente discurso, os quatro candidatos à presidência apresentam a agricultura como um dos pontos principais para o desenvolvimento, e em especial a agricultura familiar como fonte de renda e trabalho com baixo custo econômico e significativos resultados sociais.

Um retrato da agricultura familiar

Segundo dados do documento *Novo Retrato da Agricultura Familiar- O Brasil Redescoberto (2000)*, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicado em julho pelo Deser, existem no País 4,1 milhões de estabelecimentos familiares e 554 mil patronais. Buscando estabelecer uma definição socioeconômica entre os produtores familiares, este mesmo documento aponta que 406 mil estabelecimentos estão capitalizados; 993,7 mil encontram-se em processo de capitalização; 823,5 mil em descapitalização e 1,9 milhão descapitalizados. A importância deste trabalho reside no fato de precisar o que anteriormente muitos autores denunciavam: a significativa relevância da agricultura familiar para um processo de desenvolvimento rural sustentável para o País, pela significância do seu potencial intrínseco na gestão e conservação dos recursos naturais, na ocupação da mão-de-obra, no estabelecimento da estratégia de segurança alimentar e na geração e fortalecimento de processos de desenvolvimento econômico em diversas regiões brasileiras.

No universo das políticas, a importância consiste em objetivar subsídios ao desenho e à implementação de políticas públicas para o meio rural – fundiárias e agrícolas – com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Resistindo, apesar do baixo investimento

Para a agricultura familiar foram anunciados na safra 2002/2003 R\$ 4,19 bilhões, o mesmo valor anunciado para a safra 2001/2002. O balanço da safra em junho demonstrava que apenas 50% destes recursos tinham sido liberados até maio de 2002.

Para a agricultura patronal foram anunciados R\$ 14,7 bilhões na safra 2001/2002 e liberados R\$ 17,2 bilhões até junho de 2002, 17% a mais do que o anunciado. Para a safra 2002/2003 foram disponibilizados R\$ 18,95 bilhões, representando um acréscimo de 29% em relação ao anúncio em 2001/02.

Nosso papel

Se o Capa e as Ongs do campo já foram considerados antigos, atualmente nossas idéias e prática atual nos tornam referência para outros setores e órgãos públicos que transformaram nossas estratégias e ações em políticas públicas. Nesse sentido cabe salientar a agroecologia como elemento gerador do desen-



volvimento rural no Rio Grande do Sul e o projeto *Merenda Ecológica* como ação implementada pela sociedade civil que conquista espaço em prefeituras municipais e no Governo do Estado.

Cumprir entender o atual momento em que a agricultura passa a ocupar posição de destaque para agir de maneira firme na implantação e ampliação de tantas experiências que trazem vida digna às comunidades rurais e beneficiam a sociedade em geral.”

Rita Surita, coordenadora do Núcleo Sul

Certezas e dúvidas sobre agroecologia

Divididos em grupos de trabalho, os técnicos e agricultores presentes, a partir da sua vivência, conversaram a respeito de Certezas e Dúvidas sobre a agroecologia. Abaixo estão listadas em bloco as idéias comuns que surgiram.

Certezas

- Melhora a qualidade do solo
- Alternativa técnico-produtiva
- Trabalha em harmonia com a natureza
- É auto sustentável
- É o caminho correto para o desenvolvimento
- Preservação da vida no planeta, sustentabilidade e saúde
- A saúde como um todo está baseada na Agroecologia
- O que mais se adapta a agricultura familiar
- Agroecologia é desenvolvimento
- Sustentabilidade do Ecossistema
- Respeito ao ambiente e vida digna
- É o mais viável
- É possível
- Certeza de fazer certo
- É real
- Agroecologia é o caminho para a viabilização da Agricultura Familiar sustentável
- Sustentabilidade
- É ter fé e esperança
- É mais saudável

- Melhoria da qualidade de vida da população
- Mais saúde
- Expectativa melhor para os nossos filhos
- Promove a vida
- É o feito de Deus
- É a salvação da vida

Dúvidas

- O produto ecológico deve ser mais caro?
- E se grandes empresas dominarem este mercado?
- Como competir no mercado, com os padrões exigidos: tamanho, etc, principalmente no início
- Como tornar os produtos ecológicos mais baratos hoje?
- Como fazer para os agricultores buscarem na agroecologia a sua sustentabilidade?
- Quem está lucrando com a agroecologia – o agricultor ou a mídia?
- Qual o futuro dos transgênicos?
- Sustentável até quando?
- Até quando vamos conseguir a ecologia total?
- Capacidade natural de recuperação de alguns ecossistemas?
- Aumenta a produtividade?
- Como realizar a transição/conversão sem ou com o mínimo de exclusão: agricultura tradicional *versus* agroecologia
- Até quando teremos o apoio do governo e se teremos?
- Falta de consciência dos governos
- Está adequada à atual lógica de valores? “Conhecemos porém não assumimos” – saber *versus* consciência
- Como avançar para um conceito amplo?
- Somos mesmo ecológicos?
- Vai atingir a maioria?
- Modismo?
- É um movimento social?
- Quais os motivos/entraves para que os agricultores optem pela agroecologia?
- Como aumentar o acesso de mais agricultores à agroecologia?
- Como aumentar o número de pessoas que entendam nosso conceito? Compreensão da população
- Como pode ser entendida e apropriada pelos agricultores familiares?



- Como cultivar a persistência dos agricultores?
- Como fazer com que isto se torne realidade sem refluxo (metodologia construção)
- Até onde há um entendimento consciente da proposta?
- Como avançar a consciência agroecológica em menos tempo?
- Como transformar a agroecologia em paradigma para a agricultura regional e nacional?
- Existe consciência ecológica?
- Os agricultores realmente acreditam?
- Como aumentar a forma de divulgação do trabalho?
- Como será no futuro? Expectativas

A partir da discussão, foi surgindo clareza sobre determinadas idéias:

- Orgânico engloba apenas o tecnológico; agroecologia é mais abrangente
- Os agricultores/as são o núcleo de geração de conhecimento e práticas agroecológicas
- Orgânico pensa mais em produto; agroecologia mais em processo
- Agroecologia é um conceito de vida que não é imediatista, mais lento

Conceitos – Agroecologia

- *É a aplicação da ciência ecológica no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*
- *É um enfoque holístico aplicado à agricultura tradicional de pequena escala*
- *Ligação entre ecologia, socioeconomia e cultura para sustentar produção agrícola, comunidades agrícolas e saúde ambiental*
- *Busca a manutenção de uma agricultura produtiva que mantenha produtividade ao longo do tempo, otimize recursos e minimize impactos ambientais.*

Construindo desenvolvimento sustentável

Se fosse possível tirar uma fotografia do mundo utilizando como critério o Relatório Anual das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano e reduzindo a população do mundo inteiro a uma aldeia de 100 habitantes, mantendo a proporção atualmente existente, teríamos o seguinte quadro:

57	asiáticos
21	européus
14	americanos (norte, centro e sul)
8	africanos
52	mulheres
48	homens
30	brancos
70	negros, indígenas e asiáticos
30	cristãos
70	não cristãos
6	possuiriam 59% da riqueza da aldeia (todas seriam dos EUA)
80	viveriam em casas e condições inabitáveis
70	seriam analfabetas
1	teria estudo universitário
50	sofreriam de desnutrição...



A manutenção de um modelo de desenvolvimento insustentável tal como o retratado é insano e irresponsável. Não é possível reproduzir para dois terços da humanidade o mesmo modelo apresentado e praticado pelos países ricos do Hemisfério Norte, liderados pelos EUA. **O planeta tem limites e os recursos naturais disponíveis simplesmente não permitem tal reprodução.** É o que a Organização das Nações Unidas – ONU e as Conferências sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 92 e Rio+10, Johannesburg 2002) vêm tentando mostrar ao mundo.

Segundo o IBGE, o censo do ano 2000 revelou os seguintes dados sobre o Brasil:

População: 169.544.443 habitantes

Homens: 83.415.850 correspondendo a 49,2% da população

Mulheres: 86.128.593 correspondendo a 50,8% da população

Vivendo em área urbana: 137.570.081 correspondendo a 81,2%

Vivendo em área rural: 31.874.362, correspondendo a 18,8%

80% da população vive a 100 km distante do litoral atlântico.

O Relatório da ONU sobre Desenvolvimento Humano referente a 2001 apresenta o Brasil ocupando a 69ª posição no ranking das 162 nações analisadas (no ano anterior estávamos na 74ª posição entre 174 países analisados). A ONU leva em conta **indicadores de renda, educação e saúde** para avaliar a qualidade de vida. Apesar de algumas melhoras recentes, 15,1% da população adulta é analfabeta. Desde 1990, os gastos com **educação** cresceram apenas 0,4%. Quanto à **economia**, 9% da população vive com menos de US\$ 1 por dia e 46,7% da renda está concentrada nas mãos de 10% da população. O distanciamento entre ricos e pobres vem aumentando. Na área da **saúde**, 72% recebe atendimento médico adequado e apenas 40% tem acesso aos medicamentos essenciais. Setenta e sete por cento das mulheres usam algum contraceptivo – mulheres casadas de idade entre 15 e 49 anos. Oitenta e três por cento da população

têm acesso à água encanada, 10% sofre de má-nutrição. Sessenta e sete vírgula dois anos é a expectativa média de vida do brasileiro. **Em 2015, o Brasil terá 201,4 milhões de habitantes e 86,5% viverá em cidades;** 7,3% da população terá mais de 65 anos de idade.

Com 53,9 milhões de pobres, em 2005, o equivalente a 31,7% da população, o Brasil aparece em penúltimo lugar em termos de distribuição de renda numa lista de 130 países. É o que mostra estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea divulgado recentemente em Brasília. Para estimar o número de pobres no país, o estudo intitulado “Radar Social 2005” fez um corte com base na renda das famílias. Foram consideradas pobres aquelas com renda domiciliar per capita inferior a meio salário-mínimo por mês, o equivalente a R\$ 120 em 2003. Na mesma linha, 21,9 milhões eram considerados indigentes por viverem com menos de um quarto de salário-mínimo por mês, R\$ 60 à época.

Ao calcular a parcela da população considerada pobre, o texto esclarece que há estudos com critérios diferentes para estabelecer a fatia de miseráveis no país. No cálculo usado como parâmetro para o Bolsa Família, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 2002, o país teria cerca de 37 milhões de pobres (11,2 milhões de famílias com rendimento mensal per capita de até meio mínimo, R\$ 100 à época).

Para combater a concentração de renda e a pobreza, o documento cita a aceleração da reforma agrária – área em que o atual governo não tem conseguido atingir suas metas – a ampliação da previdência e dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. O estudo, porém, aponta os limites das políticas sociais, enfatizando que só o crescimento econômico com geração de emprego e renda é capaz de resolver o problema. “É importante ressaltar que as políticas sociais não podem ser consideradas, por si mesmas, soluções para a desigualdade e a pobreza”, diz o texto do Ipea, preparado com base em 2003. O estudo diz que crescimento econômico por si só não basta: a redução da pobreza e da desigualdade depende do modelo de desenvolvimento, que “não deve ser concentrador de renda e socialmente excludente”.

Ainda assim, o documento do Ipea registra que o número de pobres no país caiu entre 1993 e 1996. E diz que a aplicação de políticas sociais previstas na Constituição de 1988, como a Previdência Rural e o chamado Benefício de Prestação Continuada, ajudaram nesse sentido. “Essas políticas, a partir dos anos 1990, contribuíram não apenas para limitar a expansão da pobreza, mas também para reduzi-la no Brasil”, diz o texto.

À frente do Brasil no quesito concentração de renda só aparece Serra Leoa, na África, com 0,62 no chamado índice de Gini, que mede a distribuição de renda



numa escala de zero a 1, sendo 1 o máximo da desigualdade. Os dados são de 2000 e 2001 e foram retirados do Relatório de Desenvolvimento Mundial das Nações Unidas. O Brasil ficou com 0,60 contra 0,53 do México.

Os técnicos do Ipea destacam que a raiz da desigualdade no caso brasileiro não está na falta de riquezas, mas sim na forma como são divididas. “O que distingue o caso do Brasil em termos internacionais é que os elevados níveis de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas sim à extrema desigualdade em sua distribuição”.

Um gráfico ilustra isso com clareza: 1% dos brasileiros mais ricos, o equivalente a 1,7 milhão de pessoas, apropriou-se de 13% da renda nacional, e 50% dos brasileiros mais pobres ficam com 13,3%.

O levantamento mostra que a pobreza no país tem cor. Entre a população negra, 44,1% viviam em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo. Entre brancos, esse percentual era de 20,5%. “A probabilidade de um negro estar no estrato mais pobre da população é cerca de duas vezes maior que a de um branco”, diz o texto. A desigualdade entre brancos e negros atinge o ápice em Alagoas (67,8%), e tem o patamar mais baixo (24,8%) no Rio de Janeiro.

O que fazer, por que e como participar em necessárias mudanças visando assegurar um mínimo de sustentabilidade para a geração presente e para as gerações futuras?

O que é desenvolvimento sustentável?

É um processo de mudança através do qual a exploração de recursos naturais, a orientação dos investimentos, dos avanços tecnológicos e das mudanças institucionais estão em harmonia e ampliam tanto o potencial presente como o futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas. As estratégias devem satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de estas satisfazerem as suas necessidades. (Definição da Comissão Brundtland)

A Federação Luterana Mundial fala de *um processo de mudanças através das quais se realizam as necessidades e os direitos humanos básicos de indivíduos e comunidades em nossa sociedade, e que, simultaneamente, protegem as necessidades e os direitos humanos básicos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) de outras comunidades e de gerações futuras.*

Para humanizar o desenvolvimento deve haver uma inter-relação das forças de mercado, intervenção do Estado e participação da sociedade civil. A existência e o reconhecimento dos três atores no processo de multiparticipação (ou de

contrapartida), por sua vez, apontam para uma realidade igualmente significativa: a diferenciação (não a divisão) da sociedade moderna em três campos, que interagem, mas são independentes. Estas três dimensões essenciais da sociedade – economia, política e cultura – são os campos em que os atores-chave agem e obtêm a matéria prima para o diálogo e a cooperação. Esta compreensão de sociedade anima a visão, os parâmetros e as estratégias do desenvolvimento sustentável.

O mundo dos negócios (os empreendedores) é o ator-chave no âmbito da economia, no qual o processo e a preocupação social central é a produção e a distribuição dos bens e serviços para satisfazer as necessidades físicas dos seres humanos.

O governo é o ator-chave no âmbito da política, no qual o processo e a preocupação central é a administração democrática, transparente, participativa e a criação de normas que assegurem os direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA) de todos os cidadãos em justiça e igualdade.

A sociedade civil é o ator-chave no âmbito da cultura, no qual o processo e a preocupação central é o desenvolvimento das capacidades sociais e espirituais dos seres humanos, com o objetivo de, entre outros, ampliar as fronteiras do conhecimento, obter clareza e coerência de valores e defender o interesse público.

Os atores-chave devem tomar em conta duas considerações fundamentais e saber-se comprometidos com elas:

- No aspecto físico e material, fomentar a integridade e a sustentabilidade de ecossistemas variados e, não por último, a biosfera da Terra;
- No aspecto humano, assegurar que os processos sociais fortaleçam a liberdade, a criatividade e a capacidade de assumir responsabilidade e compromisso com o próximo, o ser humano, que é a essência da sociedade. Em outras palavras, promover a prática da comunidade solidária.

Desenvolvimento sustentável se baseia na primazia das pessoas e da natureza no processo de desenvolvimento, e quer que se assegure e fortaleça a vida para hoje e para as gerações futuras.

Como cristãos buscamos nossa orientação e inspiração na Palavra de Deus, também para a dramática questão relacionada a modelos de desenvolvimento experimentados atualmente e que colocam em risco a sobrevivência do gênero humano e de todo o planeta.

